A "CASA BÚNKER" E A REDEFINIÇÃO DA ESCALA DOMÉSTICA: RUMO A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL?

THE 'BUNKER HOUSE' AND THE REDEFINITION OD DOMESTIC SCALE: TOWARDS SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION?

LA CASA BUNKÉR Y LA REDEFINICIÓN DE LA ESCALA DOMÉSTICA: ¿HACIA LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPCIAL?

Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva
Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (UNESP)
victor.quissi@unesp.br

Destaques

- As práticas espaciais dos citadinos podem ser afetadas pelas novas tecnologias, acentuando processos em curso. O uso da internet e dos aplicativos de celular são elementos capturados nas entrevistas e analisados neste artigo.
- O atual meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002) possibilitou a realização de atividades virtuais, tais como o *home office* e o *e-commerce* que, por sua vez, impactam diretamente na experiência urbana dos citadinos.
- A pandemia de covid-19 exigiu a adoção de medidas de isolamento social, impondo novas relações cotidianas. Os desafios para sobrepujar as necessidades dos deslocamentos foram suplantadas de maneira desigual pelos diferentes citadinos, a partir das condições socioeconômicas e residenciais dos indivíduos.

RESUMO

A estrutura das cidades médias possou por mudanças nos últimos anos, caracterizada por uma ruptura da lógica centro-periférica para a lógica da fragmentação socioespacial. A reestruturação urbana em Presidente Prudente/SP é fio condutor de nossas discussões neste texto, com destaque para as alterações nas práticas espaciais e, como consequência, nas experiências urbanas dos citadinos. A superação da lógica centro-periférica significa a redefinição do que é central e periférico, bem como da relação entre ambos. A periferia pensada em termos geométricos não se confunde necessariamente com a periferia social, porque novos conteúdos passaram a estar presentes nestas áreas da cidade. Para tanto, selecionamos colaboradores de espaços residenciais fechados e dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1). A partir da análise de

entrevistas, discutimos as transformações no cotidiano destes moradores, além das diferentes formas de apropriação do espaço urbano, os graus de isolamento e as estratégias para superar os constrangimentos impostos pelas distâncias. Os impactos da pandemia de covid-19 também estão presentes nas análises, dado a importância do tema para os entrevistados. A desigualdade e a seletividade espacial estão presentes nos relatos que discutimos neste texto, a partir dos quais defendemos a ideia de que podemos compreender essas novas dinâmicas à luz do processo de fragmentação socioespacial, da ressignificação da escala doméstica e da formação de uma "casa búnker".

Palavras-chave: Casa búnker. Escala doméstica. Fragmentação socioespacial. Covid-19.

ABSTRACT

The structure of medium-sized cities has undergone changes in recent years, characterized by a rupture from the center-peripheral logic to the logic of socio-spatial fragmentation. Urban restructuring in Presidente Prudente/SP is the guiding thread of our discussions in this text, with emphasis on changes in spatial practices and, therefore, in the urban experiences of city dwellers. Overcoming the center-peripheral logic means redefining what is central and peripheral, as well as the relationship between them. The periphery thought of in geometric terms is not necessarily confused with the social periphery, because new contents are now present in these areas of the city. To this end, we selected employees from closed residential spaces and housing complexes of the Minha Casa Minha Vida Program (track 1). Based on the analysis of interviews, we discuss the transformations in the daily lives of these residents, in addition to the different ways of appropriating urban space, the degrees of isolation and strategies to overcome the constraints imposed by distances. The impacts of the Covid-19 pandemic are also present in the analyses, given the importance of the topic for the interviewees. Inequality and spatial selectivity are present in the reports we discuss in this text, from which we defend the idea that we can understand these new dynamics considering the process of socio-spatial fragmentation, the resignification of the domestic scale and the formation of a "búnker house".

Keywords: Bunker house. Domestical scale. Socio-spatial fragmentation. Covid-19.

RESUMEN

La estructura de las ciudades medianas ha experimentado cambios en los últimos años, caracterizándose por una ruptura de la lógica centro-periférica hacia la lógica de la fragmentación socioespacial. La reestructuración urbana en Presidente Prudente/SP es el hilo conductor de nuestras discusiones en este texto, con énfasis en los cambios en las prácticas espaciales y, como consecuencia, en las experiencias urbanas de los habitantes de las ciudades. Superar la lógica centro-periférico significa redefinir lo central y lo periférico, así como la relación entre ellos. La periferia pensada en términos geométricos no necesariamente se confunde con la periferia social, porque ahora están presentes nuevos contenidos en estas áreas de la ciudad. Para ello, seleccionamos empleados de espacios residenciales cerrados y conjuntos habitacionales del Programa Minha Casa Minha Vida (pista 1). A partir del análisis de entrevistas, discutimos las transformaciones en la vida cotidiana de estos residentes, además de las diferentes formas de apropiación del espacio urbano, los grados de aislamiento y las estrategias para superar las

limitaciones impuestas por las distancias. Los impactos de la pandemia de Covid-19 también están presentes en los análisis, dada la importancia del tema para los entrevistados. La desigualdad y la selectividad espacial están presentes en los informes que discutimos en este texto, desde los cuales defendemos la idea de que podemos entender estas nuevas dinámicas a la luz del proceso de fragmentación socioespacial, la resignificación de la escala doméstica y la formación de una "casa búnker".

Palabras clave: Casa bunkér. Escala doméstica. Fragmentación socioespacial. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Este texto está baseado nos resultados alcançados em pesquisa de Mestrado em Geografia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)[1]. Tal projeto buscou investigar as práticas espaciais de moradores de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (faixa 1) e de espaços residenciais fechados de alto padrão em Presidente Prudente/SP. Para a realização deste trabalho entrevistamos residentes destas áreas, tomando o cuidado de abordar diferentes perfis de idade e sexo. Nos excertos apresentados, destacamos as experiências vivenciadas durante a pandemia da covid-19 e as alterações no cotidiano, indicando-nos possíveis tendências de transformação do cotidiano e das formas de viver a cidade.

O caminho metodológico percorrido por nós nesta pesquisa tomou como referência um conjunto amplo de discussões realizadas no âmbito do Projeto Temático Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas (Sposito, 2018). A definição das metodologias e das formas de análise das informações obtidas tiveram como pano de fundo contribuir ao debate que vinha sendo realizado no Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), a partir do qual foram produzidas duas obras que reúnem e descrevem estas discussões teórico-metodológicas (Góes; Melazzo, 2022; Sposito; Sposito, 2022). Consideramos estas referências como norteadoras da pesquisa que realizamos e que está parcialmente apresentada neste artigo. Portanto, a definição do perfil dos entrevistados, a construção do roteiro prévio de entrevista, a nossa postura diante dos entrevistados, a transcrição e

[1] Processo: 2021/06433-2.

análise do discurso tomaram como base esse amplo conjunto de discussões referenciados neste parágrafo.

Apresentar uma definição sucinta do que compreendemos como processo de fragmentação socioespacial é um desafio que nos coloca diante dos riscos da simplificação e da generalização. No entanto, tendo em vista os objetivos deste texto, podemos tomar como ponto de partida a potencialidade do conceito na compreensão de como, na estruturação da cidade, as práticas espaciais dos citadinos definem e são definidas em um contexto propenso a acentuar as desigualdades socioespaciais. Levamos em consideração este processo para observar a condição dos sujeitos que vivem em conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) e dos espaços residenciais fechados, buscando ressaltar as diferenciações e desigualdades como caminho para revelar na escala do cotidiano a inserção dos citadinos na vida urbana.

A redefinição do par centro-periferia em cidades médias brasileiras tem como condicionantes os novos *habitats* urbanos e as novas escolhas locacionais das atividades comerciais e de serviços, como apresentado em Silva (2022; 2023). Em relação aos novos *habitats*, podemos observar vetores da valorização imobiliária em cidades médias (Barcella, 2018) que fundamentam suas ações sobretudo na expansão da malha urbana e no investimento em áreas fora do centro consolidado ou tradicional. Além de investimentos em espaços residenciais fechados de alto padrão, também ganhou destaque nas últimas décadas as políticas habitacionais voltadas às camadas populares, como no exemplo do PMCMV.

Estamos diante de uma nova espacialização da desigualdade (Calixto; Redón, 2021) em cidades médias. A associação do centro principal como o espaço de moradia das camadas média e alta não é mais um padrão necessariamente verdadeiro, porque se sobrepõem a esta lógica – centro-periférica – a mudança na óbvia relação entre a área geometricamente periférica da cidade e as áreas socialmente desvalorizadas, seja nas dimensões econômica e/ou simbólica. Entre as várias portas de entrada para os estudos urbanos, destacamos a perspectiva de construção de uma Geografia da Vida Cotidiana (Lindón, 2006a), porque compreendemos o cotidiano uma das instâncias centrais para analisar as novas espaço-temporalidades na apropriação da cidade e os efeitos da pandemia de covid-19 na experiência urbana.

VETORES DA EXPANSÃO URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE

O debate sobre a fragmentação socioespacial esteve por muito tempo associado ao contexto metropolitano, sendo que no Brasil o estudo pioneiro de Santos (1990) é um dos exemplos mais importantes. Entretanto, se expandirmos o olhar para contribuições vindas dos nossos vizinhos latino-americanos e de trabalhos mais recentes que abordam o tema da fragmentação em cidades médias, podemos agregar subsídios de grande importância aos nossos estudos, como nos exemplos dos trabalhos de Prévôt-Schapira (2001), Prévôt-Schapira e Pineda (2008), Guzmán e Hernández (2013) e Sposito e Sposito (2020). Dessa forma, partimos da noção de fragmentação socioespacial como um aprofundamento da desigualdade e da diferenciação, porque indica a tendência à separação entre aqueles que são "diferentes" em termos econômicos e/ou sociais.

As formas de apropriação do espaço urbana e as condições para produção da espaço-temporalidade dos citadinos demonstram essa desigualdade, distanciando as pessoas não apenas na dimensão do habitar – situação na qual o conceito de segregação[2] já seria suficiente para a compreensão da realidade – mas incluem dimensões outras, como o trabalhar, o consumir e o lazer. Contribuem para esta separação barreiras que podem ser físicas, socioeconômicas e estigmas territoriais, possíveis de serem observados nos seguintes exemplos: disseminação de muros, grades e sistemas de vigilâncias (principalmente em espaços residenciais fechados e *shopping centers*); nas distâncias que precisam ser vencidas pela população de baixa renda e que significam custos adicionais ao orçamento familiar; e na carga simbólica negativa que espaços segregados costumam carregar.

Os espaços residenciais fechados e os conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) apesar das suas grandes diferenças, possuem como característica comum a tendência a localização nas periferias da cidade, redefinindo o que poderíamos chamar de periferia, de centro e a relação entre ambos (Sposito; Góes, 2013). Não obstante, a reestruturação em curso possui seus agentes, sua espaço-temporalidade e seus desdobramentos, influenciando no cotidiano daqueles que vivem este processo. Sendo

[2] Lembramos ao leitor que originalmente o conceito de segregação era adjetivado como residencial, demonstram esta associação com a dimensão do habitar (Sposito, 2013).

assim, acreditamos que é pertinente aos objetivos deste texto apresentar brevemente os antecedentes dos vetores do processo de periferização do espaço urbano em Presidente Prudente/SP.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: BREVE APRESENTAÇÃO

O PMCMV foi, sobretudo, uma medida econômica adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com a finalidade de apresentar uma resposta à crise econômica mundial de 2008. Tendo sido iniciado em 2009, o programa buscou mobilizar recursos públicos para a construção de habitações populares, ativando assim toda uma cadeia produtiva que reduziria os efeitos deletérios da desaceleração da economia. Como apontado em Maricato (2009), essa resposta do governo poderia gerar emprego e renda em setores envolvidos na construção civil num momento de queda da demanda global.

Em paralelo a adoção de uma política econômica anticíclica havia o desejo de solucionar uma velha discussão sobre as cidades brasileiras: o combate ao déficit habitacional. Neste sentido, Amore (2015) ressalta a relevância da habitação social para a população que se encontra nas faixas de renda mais baixas do país, porque são aquelas que apresentam maiores dificuldades de aquisição da casa própria. Entretanto, podemos identificar na questão da terra e na segregação os dois principais gargalos desta política pública, exemplificada na escolha de áreas periféricas, pouco integradas ao tecido urbano consolidado e com precárias condições de infraestrutura e serviços urbanos.

Nos anos que sucederam a inauguração do PMCMV podemos identificar quatro fases: 2009 a 2011, 2011 a 2014, 2016 a 2020 e 2023 até o momento. Estes períodos se diferenciam pela estrutura do programa e do direcionamento desta política pública. Nas duas primeiras fases existem três faixas de renda para as quais se direcionam os financiamentos, denominadas faixas 1, 2 e 3. Na terceira fase houve o acréscimo de mais uma faixa de renda: 1,5.

Mudanças recentes na política nacional alteraram as diretrizes do Estado brasileiro a resto da política habitacional, especialmente após a chega à presidência da república de Jair Bolsonaro em 2018. Em seu segundo ano de mandato o então presidente extinguiu o PMCMV e deu início ao Programa Casa Verde e Amarela. Essa decisão teve como claro objetivo desvincular a imagem dessa política pública dos governos petistas, mas com limitações orçamentárias que impactaram na efetiva realização deste projeto.

Por outro lado, a chegada ao poder da frente ampla capitaneada pelo PT significou a retomada do PMCMV com alterações nas faixas de renda atendidas, incluindo o subsídio total nos financiamentos oferecidos a famílias que são beneficiadas por Benefícios de Prestação Continuada (BPC), como no caso dos participantes do Bolsa Família.

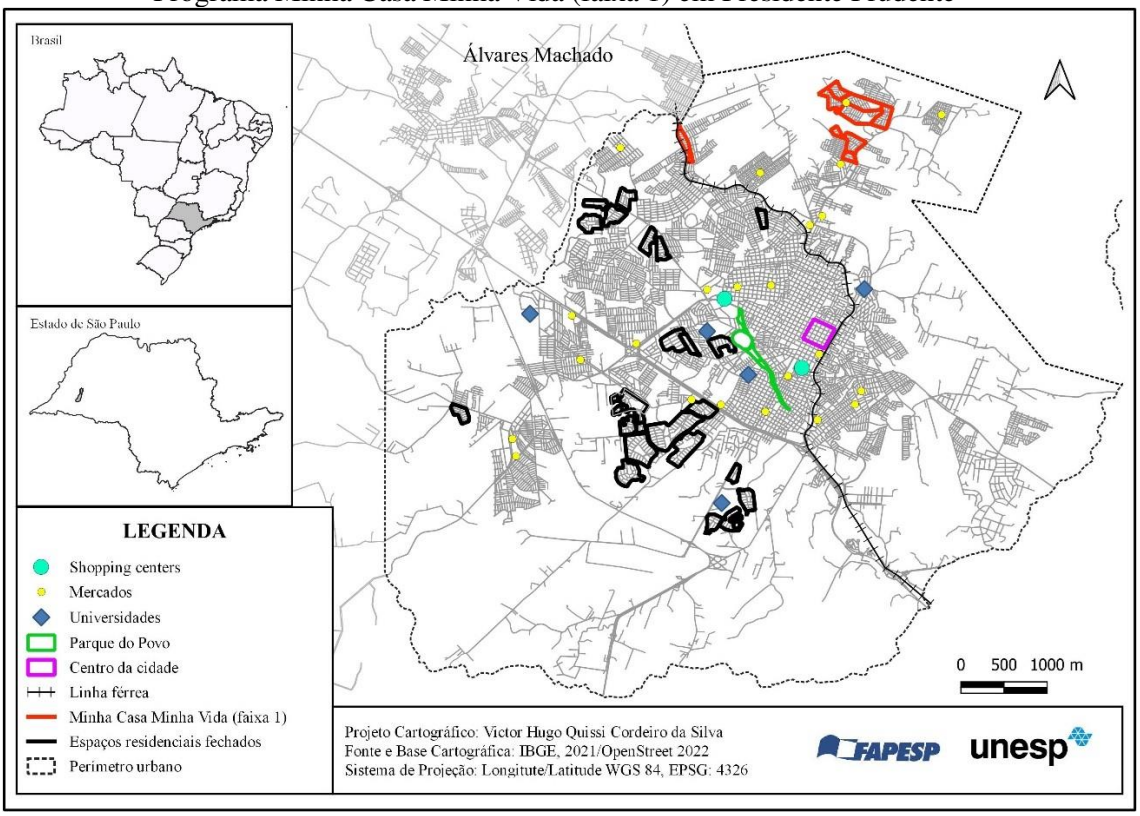
Para compreender a complexidade da produção do espaço urbano, Calixto e Redón (2021) destacam a importância de diferentes empreendimentos e que se destinam a públicos de diferentes rendas, como no exemplo daqueles advindos do PMCMV e dos espaços residenciais fechados de alto padrão. Em cidades médias a construção destes diferentes conjuntos vem produzindo efeitos na estruturação urbana que contribuem para a redefinição do par centro-periferia que tanto marcou os estudos urbanos do século XX. Um dos impactos foi a produção de uma nova espacialização das desigualdades em cidades médias, cujos vetores de promoção estão firmados nas dinâmicas imobiliárias.

> Esses loteamentos impõem novas formas de produção do espaço urbano, recriam valores fundiários e imobiliários, modificam o tecido urbano e reconfiguram a periferia. Nesse processo, as novas conformações espaciais introduzidas pelo PMCMV como, por exemplo, a ampliação do perímetro urbano, reforçam a reprodução de um modelo de localização periférica e descontínua, aumentando as distâncias no interior da cidade, implicando em novas relações socioespaciais (Calixto; Redón, 2021, p. 20).

A nova espacialização da desigualdade revela o especial interesse por parte de agentes produtores do espaço urbano pelas periferias da cidade, corroborando com as afirmações de Maia *et al.* (2021), ao observar as iniciativas de habitação social e dos espaços residenciais fechados para públicos de renda média e/ou alta, em geral localizados nas zonas de transição entre o rural e o urbano.

Podemos afirmar que os capitais envolvidos nessa dinâmica promovem um acelerado processo de expansão urbana, mesmo que em detrimento de interesses ambientais e sociais. Esta tendência é perceptível quando observamos a Imagem 1, que destaca os empreendimentos do PMCMV (faixa 1) e os espaços residenciais fechados, os primeiros localizados na porção mais ao norte e os segundos com forte concentração na zona sul da cidade.

Imagem 1 – Localização dos espaços residenciais fechados e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) em Presidente Prudente



Fonte: Silva (2024).

Para Amore (2015) a questão da moradia passa pelo enfrentamento do problema do financiamento e o problema da terra, isto é, atender a demanda não solvável da população e adquirir terras para a incorporação imobiliária. O modelo adotado no PMCMV deixa a questão da terra na esfera municipal e o financiamento na esfera federal, tendo como desdobramento a sobreposição do espaço enquanto valor de troca em detrimento do espaço enquanto valor de uso.

Apesar do MCMV prever alguns mecanismos que mitigam a tendência à segregação socioespacial, as incorporadoras e a inação do poder público municipal representaram a reprodução deste padrão de urbanização excludente. O capital incorporador buscou trabalhar com os valores máximos estabelecidos por unidade habitacional, o que significa que as margens de lucro estiveram condicionadas a redução dos custos de produção. Sendo assim, rebaixar a qualidade das casas construídas foi a medida adotada pelo capital, entregando unidades habitacionais com os materiais mais baratos e com as dimensões de área construída os menores possível.

A formação de grandes áreas afastadas do restante da cidade e mal integradas pelo sistema viário também estiveram no horizonte de preocupações no projeto do MCMV. O financiamento de grandes bairros segregados e homogeneizados socioeconomicamente estava proibida, pelo menos nos termos do projeto. A imagem de casas a perder de vista, localizadas em áreas distantes, era uma preocupação que vinha de experiências nacional e estrangeiras que demonstravam os problemas desse tipo de política. No entanto, as construtoras encontraram formas de burlar essas regras, construindo os grandes bairros homogêneos que caracterizam o MCMV. Em Presidente Prudente o Conjunto Habitacional João Domingos Netto é um exemplo desta estratégia, pois para contornar a regra do limite de casas por projeto as construtoras dividiram o bairro em 5 lotes contínuos. Na prática o João Domingos Netto é um só bairro com mais de 2.323 casas, no papel são 5 lotes diferentes que não chegam a 500 casas cada.

Os interesses do bloco local de poder – formado por proprietários de terras, empresários da construção civil, políticos e judiciário – cumpre um papel importante na escolha da localização dos projetos do MCMV. Essa conjunção de forças que domina a política dos municípios no Brasil, nem sempre de modo homogêneo, garante a reprodução da segregação socioespacial via política pública. A inação das prefeituras em relação a formação de bancos de terras público, tendo por finalidade a produção de habitações bem localizadas é um face desta problemática. É evidente que essa postura refratária do poder público municipal não é por acaso, mas atende aos interesses de agentes econômicos e políticos locais. Sobre os efeitos negativos do programa Cardoso e Aragão (2013, p. 54) advertem.

> Mas essa estratégia de valorização do capital tem como consequência um aumento do "custo" social final do empreendimento, já que os adquirentes terão que arcar com maiores despesas de transporte e com problemas de infraestrutura no entorno, "pagando" então pelo lucro das construtoras e reafirmando o modelo de espoliação urbana que caracteriza o processo de urbanização brasileira historicamente.

A espoliação urbana mencionada pelos autores é revelada na limitação dos moradores de áreas segregadas – como no exemplo dos conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) – ao construírem suas respectivas espaço-temporalidades (Pereira, 2006), isto é, a capacidade de produzirem autonomamente seus itinerários urbanos, o que inclui os horários e as áreas da cidade. Nesta leitura da cidade a mobilidade ou a

imobilidade cumprem um papel importante no cotidiano dos citadinos e ajuda a revelar aspectos importantes das práticas espaciais em cidades médias brasileiras.

OS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Em relação à cidade de Presidente Prudente, o primeiro registro de "loteamento fechado" data do ano de 1975, mas é a partir dos anos 1990 que este tipo de empreendimento ganhará força na cidade (Sobarzo Miño, 1999). Neste sentido, Sposito (2003, n.p.) nos indica que a escolha residencial das classes médias e alta passa por mudança, que incluem uma área da cidade e nova tipologia dos imóveis, com a presença de áreas verdes e de lazer.

> Se nos anos 1980, as ideias de segurança, boa localização e vida urbana estiveram diretamente identificadas com a opção pela moradia em apartamento, a partir dos anos de 1990, a 'onda' dos loteamentos fechados passou a comparecer como a nova forma de *habitat* urbano, que continha os valores associados à valorização e mais o símbolo de qualidade de vida, advindo da presença de áreas verdes e de lazer, e da opção pela residência unifamiliar.

Portanto, se até os anos 1980 a busca por uma boa localização por parte das classes média e alta gerava a verticalização do centro e de seu entorno, buscando acesso rápido aos comércios e serviços, a partir dos anos 1990 a boa localização passou a significar residir em espaços residenciais fechados distantes de áreas fortemente adensadas, mas que pudessem garantir acesso rápido via avenidas às áreas centrais da cidade.

Em função dessas transformações, estes empreendimento passaram a buscar as áreas urbanas mais distantes do centro, porém, em um processo de seletividade espacial, porque não ocorre em toda a extensão do que se constitui como arrabalde da cidade. Como podemos observar na Imagem 1, os espaços residenciais fechados tendem a localizarem-se sobretudo na porção mais ao sul da cidade de Presidente Prudente, em contraposição aos conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1), localizados mais ao norte.

Seguindo a contribuição do marxismo, a diferenciação dos espaços urbanos se fundamenta do ponto de vista econômico nas disputas em torno na renda fundiária ou renda da terra. O debate sobre esse tema extrapola os objetivos deste texto, mas podemos encontrar uma discussão inicial sobre os usos do solo urbano na economia capitalista em

Singer (1979). Em Sposito (1990) a produção e apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente comparece como objeto de pesquisa central do autor, na qual podemos observar o potencial desta teoria para a compreensão do espaço urbano.

Tomando como referência o debate empreendido por Sposito (2003) identificamos quatro pontos fundamentais para compreender a expansão dos espaços residenciais fechados, levando em consideração as particularidades do processo de urbanização brasileiro. **A ideia de planejamento** marca os loteamentos horizontais fechados de forma positiva, porque garante uma diferenciação diante do restante da cidade, que por sua vez é o resultado de um longo processo de produção do espaço e combinação de diferentes tipos de tempo, gerando uma característica de heterogeneidade. O planejamento típico dos espaços residenciais fechados objetiva desfazer a imponderabilidade da vida urbana, com os seus encontros fortuitos e por vezes conflitantes, permitindo aos moradores prever o que ocorrerá e evitar os indesejáveis. Portanto, formam-se espaços marcados por uma **forte homogeneidade interna** que garante a diferenciação entre aqueles que residem nestes espaços e aqueles que vivem nos espaços abertos da cidade.

A privacidade e o discurso relativo à insegurança combinam-se para justificar a opção pelos espaços residenciais fechados, a **liberdade segmentada** que marca esta narrativa indica-nos o desejo de se separar do restante da cidade, conformando uma autossegregação socioespacial. A este processo, acrescentaríamos a **acentuação das disparidades socioeconômicas** no Brasil pois: "ajudam a entender porque uma parte de suas sociedades opta por se separar do restante e por se esconder da violência que eclode nas cidades, como face perversa da reduzida perspectiva de futuro e do baixo grau de inclusão social" (Sposito, 2003, n.p.).

A transformação empreendida por esses espaços revela um conjunto amplo de mudanças que justificam a ideia de uma verdadeira reestruturação da cidade, o que gera uma nova divisão econômica e social do espaço. Em cidades médias podemos verificar uma particularidade desse processo que merecem destaque, principalmente porque estamos analisando uma cidade que cumpre um papel de intermediação entre pequenos centros urbanos e grandes cidades. Entre as particularidades de cidades de menor porte demográfico está o preço da terra urbana, devido à tendência de maiores estoques de terras que garantem uma segmentação socioespacial diversa das grandes

cidades. Como efeito desta característica de cidades de porte médio, há uma maior inserção de grupos de renda média nesses espaços se compararmos com grandes cidades, "gerando fraturas socioespaciais diversas" (Sposito, 2007, n.p.).

A apropriação do espaço urbano e a capacidade de produção da espaço-temporalidade dos citadinos são diferenciadas na medida em que em cidades médias as distâncias tendem a ser menores e os sistemas viários menos densamente utilizados, permitindo uma mobilidade urbana acentuada, mesmo para aqueles que residem nos espaços residenciais fechados mais distantes do centro da cidade. A desigual capacidade de deslocamento pela cidade condiciona contextos e experiências urbanas profundamente desiguais, diferenciando aqueles que detêm maiores recursos e veículo automotivo individual daqueles que dependem de outros modais de transporte e ainda possuem baixa renda.

Se por um lado os moradores de espaços residenciais fechados produzem com maior autonomia suas espaço-temporalidades e dependem menos dos constrangimentos da distância, a periferização do espaço urbano por parte da população de baixa renda, tendo como vetor no contexto de Presidente Prudente os conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1), reveste-se de um caráter segregativo e limitador da constituição da experiência espaço-temporal de seus moradores. Novas espacialidades e temporalidades emergem a partir do processo de fragmentação socioespacial, expressas e condicionadas, entre outros fatores, pela localização da população mais pobre e da escolha residencial dos setores de renda média e alta.

RUMO A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL?

No âmbito das práticas espaciais direcionadas ao consumo e/ou lazer também podemos identificar processos de segmentação entre as diferentes camadas socioeconômicas, contribuindo para a fragmentação socioespacial. De acordo com Sposito e Sposito (2020), a fragmentação pode se relacionar com os conceitos de segregação, autossegregação e exclusão social. Entretanto, não podemos confundi-los ou tomá-los como sinônimos, devido ao fato de que em cada realidade empírica esses termos entram em relação de maneira particular.

Em Presidente Prudente, os processos em voga podem ser identificados na apropriação seletiva do espaço urbano, sejam nas dimensões do trabalho, lazer ou

consumo. Portanto, revela-se a divisão territorial do trabalho no espaço urbano e as estratégias distintas de efetuar os deslocamentos a partir das condições socioeconômicas e residenciais dos indivíduos.

A fundamentação histórica e conceitual que se empreendeu neste texto se justifica quando consideramos que o contexto inaugurado pela pandemia de covid-19 indicou o agravamento das condições de apropriação do espaço urbano, algumas de tendência conjuntural e outras que podem indicar permanências mesmo após a emergência sanitária. As entrevistas realizadas nesta pesquisa foram feitas no período final da pandemia, quando a curva de mortes por covid estava em declínio. A análise das informações obtidas nos indicou que poderíamos aventar a hipótese de que certas mudanças no cotidiano dos entrevistados decorreram do contexto pandêmico e tendiam a se manter mesmo no pós pandemia.

Na base destas mudanças está o meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002) que possibilitou a realização de atividades virtuais, como no exemplo do *home office* e o *e-commerce*. No que pese a disseminação dos objetos técnicos, cabe destacar as profundas desigualdades de acesso desses equipamentos. Carlos (2020b) desenvolve uma avaliação das mudanças no cotidiano a partir da pandemia da covid-19, destacando os impactos do isolamento e das medidas de contenção não apenas como contextuais ou episódicas, mas como indutoras de possíveis mudanças e aprofundamento de tendências que vinham se estabelecendo na dinâmica urbana.

Para além das questões que envolvem a saúde pública e a crise econômica, ressaltam-se aspectos que envolvem a vida nas cidades, tomando como hipótese o agravamento da fragmentação socioespacial. A alteração mais imediata esteve relacionada a mudança na relação casa-trabalho, ainda mais subsumido a reprodução ampliada do capital, tendo em vista o aumento da jornada de trabalho e a difícil separação entre atividades domésticas e laborais.

> O home office subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família, que se torna espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar [...] nessa circunstância, a casa passa a ser a síntese dos espaços-tempos cotidianos antes desenvolvidos nos lugares diferenciados da cidade (Carlos, 2020a, p. 12).

A subordinação do humano e de seu cotidiano à reprodução do capital não é novo e não nasce com a pandemia da covid-19, entretanto este processo ganhou novos

matizes e características a partir desse contexto. Apensar da restrição à circulação de pessoas, o fluxo de comunicação continuou intenso através dos meios digitais. As transformações recentes alteraram as definições de perto e longe e a construção das escalas geográficas.

Pode-se afirmar que as distâncias foram relativizadas, porque percorridas em menor tempo. A distância tem seu significado alargado e inclui a conexão via meios digitais, portanto "as possibilidades estavam potencialmente presentes, mas a necessidade surgida nesse período intensificou muito o emprego de saídas virtuais para concretizar as ações corriqueiras, tanto relativas ao trabalho como as de cunho pessoal" (Endlich, 2020, p. 49). A redefinição da escala doméstica discutida pela autora emerge como tema de fundamental importância devido à pandemia, que nos impeliu à condensar nossas relações cotidianas no ambiente doméstico.

> A escala doméstica passa a abrigar muitas atividades e ter, portanto, múltiplas funções. O *mundo* e outras escalas geográficas maiores estão de forma ainda mais efetiva em cada casa. Pode ser que esta condição seja passageira, mas a ressignificação e o preparo da casa nesse sentido possivelmente serão mantidos posteriormente (Endlich, 2020, p. 54-55, *grifo do autor*).

Buscando a não falsificação dos flagrantes desníveis sociais, ressalta-se que na escala doméstica há uma realidade profundamente desigual e heterogênea.

> Assim, a escala doméstica é uma dimensão bastante ressignificada nesse período. Nela, embora alguns vejam igualdade de condições, estamos todos em casa; ao contrário revelam-se, mais do que nunca, as contradições sociais, pois sob o rótulo de casa, existem realidades abissalmente desiguais (Endlich, 2020, p. 55).

A redefinição da escala doméstica já havia sido objeto de análise de Lindón (2005; 2006b) ao identificar uma crescente entronização da vida cotidiana e seu encerramento na escala da casa. O próprio sentido atribuído à casa estaria sendo ressignificado, levando à desconstrução da vida urbana e/ou das relações e diálogos que a cidade poderia proporcionar.

Essa nova semântica teria ao menos três dimensões – a casa como patrimônio, a casa equipada e aprovisionada e a casa protegida e fechada. Lindón (2006b) adverte que essas dimensões possuem como fundamento a passagem do cidadão ao consumidor e as crescentes formas de diferenciação a partir do consumo. Este panorama geral indica o

individualismo que reforça o rompimento das relações interpessoais e o diálogo entre os diferentes grupos na cidade.

A dimensão da casa equipada e aprovisionada nos parece cada vez mais atual, tendo tido um sobressalto com a pandemia da covid-19. Dessa forma, a tendência de substituir os deslocamentos cotidianos pelo uso de equipamentos técnicos e de informática não era uma novidade, mas com a disseminação de *smartphones*, microcomputadores e redes de internet aumentam também a adoção do *e-commerce* e do *home office*. Essa reflexão confirma nossa hipótese de que mais do que uma "revolução" do cotidiano, como propõe Carlos (2020a), a pandemia acelerou transformações em curso e que indicavam a fragmentação socioespacial.

> El ejemplo de ese equipamiento son todos los objetos domésticos vinculados con la informática, pero también la variedad de objetos electrodomésticos y herramientas domésticas diversas que permiten realizar dentro de la casa muchas tareas y actividades que antes requerían de los prestadores de servicios diversos y trabajadores especializados que ofrecía la ciudad. En suma, el equipamiento desplaza una serie de actividades cotidianas de la ciudad al interior de la casa, lo que termina siendo un debilitamiento de la vida urbana (Lindón, 2006b, p. 26).

Outra dimensão que se intensificou com a pandemia foi o fechamento da casa ou a busca por sistemas de controle e segurança cada vez mais sofisticados. Sem dúvida esse processo está mais bem exemplificado nos espaços residenciais fechados de alta renda, mas não exclui necessariamente outros estratos de renda, devido a disseminação dos sistemas de vigilância.

A combinação dessas dimensões que ressignificam a casa e se combinam aos processos de segregação e autossegregação condicionam a desconstrução da cidade, nas palavras de Lindón (2006b, p. 27) "así, la ciudad dispersa y fragmentada está configurando las condiciones para construcción social de la casa *búnker*". A imagem que a perspectiva da casa búnker nos remete fica mais visível quando olhamos para a pandemia, acrescida das transformações tecnológicas e comunicacionais dos últimos anos. Portanto, condiciona novas práticas espaciais, acelerando processos de segmentação socioespacial em curso, como no exemplo da fragmentação socioespacial.

> La casa búnker contribuye de muchas formas a la deconstrucción de la ciudad en tanto contacto con el otro, experiencias de lo heterogéneo, lo inesperado y diverso. Pelo tal deconstrucción no atenta contra las formas espaciales proprias, sino contra las formas de apropiárselas y

> vivirlas. Sin duda, esta resemantización de la casa no lleva consigo la desaparición de las calles ni de otros espacios públicos, menos aún se destruyen las proximidades físicas entre casas (Lindón, 2006b, p. 27).

A mudança no cotidiano também pode ser avaliada a partir dos deslocamentos dos citadinos. Como avaliou Barbiero (2020), a adoção do transporte individual, além de ser uma tendência anterior a pandemia, poderá se agravar. De acordo com a autora, o transporte coletivo estava em declínio em vários países do mundo, porém, ao representar espaços de aglomeração de pessoas e disseminação de doenças passou a ser cada vez mais representado como um local de risco. Dessa forma, adotar um meio de transporte individual pode representar uma alternativa[3] não apenas àqueles que não querem se expor aos perigos ligados à aglomeração de pessoas, mas principalmente como meio para alcançar maior autonomia nos deslocamentos cotidianos.

O COTIDIANO APREENDIDO PELA PANDEMIA

Ao analisar os relatos feitos pelos entrevistados identificamos ao menos quatro temas, sintetizados da seguinte maneira: I – descrição dos prejuízos psíquicos e físicos por causa do contexto de isolamento social ou pelas sequelas causadas pela covid-19; II – mudanças nas práticas de consumo, evidenciando o aumento das compras *online* através de aplicativos de celular; III – mudanças no ambiente de trabalho com o *home office* ou alterações não relacionadas ao *home office* e IV – situações em que o isolamento social não alterou significativamente as práticas espaciais do entrevistado, devido à sua situação ocupacional.

O declínio da vida de relações nas cidades contemporâneas nem sempre está evidente nas formas espaciais, portanto, exige procedimentos de pesquisa que possam partir de escalas de análise que ressaltam o ponto de vista do habitante. Tomar como hipótese a redefinição da escala doméstica implica buscar uma visão não apenas de

[3] É importante deixar claro que nem todas as pessoas serão capazes de comprar um carro ou moto zero quilômetro, o transporte coletivo ainda permanece como única opção para muitas pessoas. No entanto, caminhos informais existem, como no caso de aquisição e manutenção de carros e motos usados sem o pagamento de impostos e taxas, feitos muitas vezes sem a transferência da documentação para o novo proprietário. Para além do mercado tradicional de veículo usados, existe um "mercado informal" que é de difícil mensuração.

sobrevoo (Souza, 2007) e perceber os "espacios domésticos en tanto espacios vividos" (Lindón, 2006b, p. 19).

Os entrevistados Bernardo e Ricardo[4], moradores em conjuntos habitacionais do PMCMV, respectivamente João Domingos Netto e Jardim Panorâmico, relataram um crescente sentimento de medo em relação à saúde pessoal e familiar. Este sentimento se manifesta nos entrevistados seja em função da experiência de passar pela infecção causada pela covid-19, seja pelo volume assustador de notícias sobre mortes durante a pandemia.

Os efeitos psicológicos negativos advindos do contexto pandêmico também se relacionam ao necessário isolamento deles, ocasionando momentos de pânico e ansiedade. A possibilidade de manter o isolamento social, algo que não foi possibilitado a todos os brasileiros, não impediu a sensação de incertezas. O exemplo de Bernardo e Ricardo demonstra estas afirmações, indicando que mesmo podendo ficar em casa, os desafios de enfrentar a pandemia foram enormes.

A ocupação laboral cumpriu um papel significativo neste momento, devido a capacidade de manter o isolamento social ou não. No caso dos entrevistados Bernardo e Ricardo, respectivamente monitor escolar e estudante, foi possível ficar em casa. No entanto, algumas particularidades devem ser destacadas quando observamos a fala de Ricardo a respeito do *home office*.

Na condição de estudante, as atividades desempenhadas na universidade foram transferidas quase que totalmente para o ambiente virtual, indicando que tanto professores quanto alunos deveriam se adaptar a este novo contexto. As dificuldades compartilhadas por ele podem se estender à inúmeros estudantes brasileiros, porque muitos não dispunham dos meios necessários para as atividades escolares ou universitárias *online*.

> No começo, vou falar a verdade, eu quase fiquei louco também [risos], não é fácil não. Eu mesmo sou meio ansioso, quando falava assim: está com a garganta... não, eu estou. Nossa a Lucimara que é mais centrada. Ela falava assim: não, você não está com isso, não está com aquilo. Mas eu falava: mas minha garganta está raspando. Não foi fácil não, mudou tudo. Praticamente o corpo da gente não é o mesmo mais. Igual eu peguei [se referindo a infecção por covid-19], hoje mesmo quando eu

[4] O nomes utilizados neste texto são fictícios, com total confidencialidade das fontes.

> estava deitado descansando parece que eu estava sentindo falta de ar. E a garganta geralmente a faringite fica seca e tipo um pouquinho de falta de ar. O corpo da gente não é o mesmo mais, mudou bastante (Bernardo, 52 anos, Monitor de escola, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente).
>
> Eu acho que impactou. Primeiro que a pandemia ela me desencadeou uma crise de ansiedade muito forte, de paralisar mesmo a minha vida social, de chorar, de precisar passar por uma psicóloga, tomar remédio. Esse contato com a morte me fez ter esse medo irreal e eu gostava muito de ir para esses espaços públicos. E devido ao alto risco, por exemplo, o meu estudo para o mestrado inteiro foi nesse quartinho aqui, essa foi a minha vida na pandemia [...]. Então, por eu gostar de estar no Parque do Povo, de ir para a feira, de ir para a UNESP, de encontrar um ou outro amigo meu da faculdade que trampa e tem contato com outras pessoas, então eu me isolei totalmente. A única pessoa com quem eu me encontrava era a minha companheira e por essa neura que eu usava máscara até dentro de casa com os meus avós, com medo de passar para eles, porque são pessoas de idade. (Ricardo, 29 anos, Estudante, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A fala de Guilherme, 63 anos, morador do condomínio Damha I, indica que mesmo indivíduos que possuíam uma renda mensal sensivelmente acima da média da população brasileira também tiveram um sofrimento psíquico. Apesar de não ter passado pela infecção do vírus, a mudança abrupta para o modelo de trabalho *home office* foi vista de maneira bastante negativa.

> No começo foi drástico, porque praticamente eu fiquei preso em casa. Então você imagina um cidadão que está acostumado a sair todo o dia a 30 anos de casa, circular livremente até para fins de trabalho, para um lado e para o outro, para qualquer lugar aqui da região e de repente você tem que ficar trancafiado foi a pior experiência que eu tive (Guilherme, 63 anos, Oficial de justiça, Damha I, Presidente Prudente).

A psique humana não foi a única dimensão a ser afeta pela pandemia da covid-19, as medidas restritivas contribuíram para alterar práticas espaciais ligadas ao consumo. A maior mudança que pudemos identificar por meio das entrevistas está relacionada ao uso intensivo de aplicativos de celular e compras *online*. A utilização de meios digitais para compras não era uma novidade para grande parte dos participantes da pesquisa, mas o seu uso foi aumentado na medida em que o isolamento social se estendia. Ricardo, morador do João Domingos Netto, percebeu que essas práticas se intensificaram no momento da pandemia, permitindo que ele se expusesse mesmos ao vírus.

> E compra online a gente começou a usar mais o iFood, de fato. Porque como a gente gosta de comer alguma coisa fim de semana, para evitar,

> ela [se referindo a namorada] também muito preocupada com a questão da pandemia, a gente passou a utilizar mais. Não sempre. Mas quando a gente, se tinha como pedir no mesmo estabelecimento por via iFood, a gente pedia [...]. São esses cuidados, com a compra especificamente e pedir demais online, foi meio inevitável, para evitar mesmo a alta exposição (Ricardo, 29 anos, Estudante, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A situação sócio-ocupacional da professora e médica Alice e da estudante de medicina Alana, permitiram que elas mantivessem suas atividades em isolamento social. A idade e o quadro de saúde de Alice também contribuíram para o afastamento do trabalho presencial. No caso de Alana, a renda da família foi a principal responsável por permitir que ela não precisasse se expor ao contato com outras pessoas em meio a pandemia.

> **Descreva como a pandemia mudou a sua rotina.**
>
> Muita mudança. Enquanto pandemia eu me afastei da minha atividade docente, a faculdade ficou afastada por um período e a prefeitura também porque por eu ter mais de 60 anos, ser hipertensa, idosa e obesa, eu tinha um risco maior e fiquei afastada da minha atividade na prefeitura. Como docente depois eu retornei com atividade online. Então eu fiquei bastante online com os meus alunos, mas só nessa atividade online. Mas houve uma mudança muito grande de rotina, com certeza. De deslocamentos e tudo, ficamos dentro de casa. E continuei trabalhando um período, mas online. E mesmo na prefeitura eu prestei alguma coisa online (Alice, 62 anos, Médica/Professora, Damha I, Presidente Prudente).
>
> A pandemia foi um período um pouco intenso assim, porque a gente estava na área da saúde, então a gente não era... Eu estava, quando começou a pandemia, no terceiro ano. Então a gente não estava nem fazendo o sistema acontecer e também... Como você vai parar de fazer as coisas que você está fazendo? Então, foi um pouco confuso. Como eu estava ainda no ciclo básico, era basicamente teoria, o que aconteceu foi que eu parei de sair. Tive que ficar não, eu consegui, eu tive essa possibilidade. Porque como eu moro com a minha família e eu tive a oportunidade mesmo de ficar em casa. Eles iam e faziam as compras tudo. E meus pais conseguiram trabalhar de casa, então foi isso. E aí também eu voltei um pouco antes de todo mundo voltar também, para frequentar as aulas presencialmente. Antes da pandemia, eu fazia atividade física, então isso eu parei também e me adaptei a fazer em casa e não parei (Alana, 22 anos, Estudante, Quinta das Flores, Presidente Prudente).

Apesar de que alguns profissionais puderam ficar em casa, as entrevistas de Sofia e Helena mostraram que ao passar as primeiras semanas de pandemia muitos

trabalhadores tiveram que voltar as atividades presenciais. Inicialmente o trabalho na fábrica foi paralisado, permitindo que a Helena ficasse em casa, mas não demorou muito para que as atividades no trabalho retornassem. A Sofia era ao mesmo tempo estudante e estagiária em um escritório de advocacia, porém, ainda que as aulas tenham passado a acontecer no ambiente virtual, o escritório em que ela trabalhava logo solicitou a volta às atividades normais.

> **E a pandemia alterou muito a sua atividade de estágio e de faculdade?**
>
> No começo da pandemia em 2020, quando decretou a pandemia, eu fazia estágio lá na [Universidade] Toledo mesmo, no escritório de lá. Então, assim que decretou a pandemia tudo fechou. Só ia os advogados e como eu sou estagiária a gente ficava em home office, então eu fiquei em *home office* 2020 inteiro! Inteiro mesmo. Comecei a ir assim *flex* faz um mês, mas depois voltou tudo home office de novo. Então 2020, até o começo de 2021, foi tudo online e a faculdade também. Voltou esse ano presencial, no terceiro ano de faculdade votou tudo presencial. E aí em 2021 eu mudei de estágio, fui para outro escritório. E nesse escritório era tudo presencial, a gente tomava todos os cuidados, mas não tinha como fazer online. Eram coisas muito difíceis, muito complexas, principalmente para estagiário, então era tudo presencial, a gente não tinha como deixa nenhum estagiário em home office. Então a gente deixava em casos extremos né, se tivesse algum sintoma, se tivesse algum colega do lado que estava [com covid], então deixava todo mundo..., mas eram raros casos (Sofia, 19 anos, Estudante/Estagiária, Condomínio Isabel Mizobe, Alvarez Machado).
>
> **E a pandemia alterou muito seu trabalho?**
>
> No meu trabalho no começo, com a pandemia, ficou mais tranquilo porque eu fiquei alguns dias em casa. Porque eles reduziram o horário de trabalho e eu ficava em casa. Tipo a gente trabalhou acho que uma semana para o velho [referência ao patrão] e o resto a gente recebia do governo. Bem no começo, daí depois começou a normalizar. Mas o covid deixou a gente mais em casa, ele não deixou mais a gente sair, não era todo lugar que você pode ir e fica mais em casa, você convive mais com a família (Helena, 23 anos, Auxiliar de produção, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente).

O ambiente das redes sociais foi apropriado até para o lazer e manifestações artísticas e culturais, por meio de plataformas como *Instagram* e *YouTube*. A prática das batalhas de rap são muito populares entre jovens e costumam reunir grandes plateias para assistir aos confrontos entre MCs. Entrevistamos um jovem que é frequentador assíduo desses eventos e nos explicou

como a própria organização das batalhas de rap se organizaram para manter as apresentações no ambiente virtual.

> **Como a pandemia afetou suas atividades de lazer?**
>
> O pessoal [da batalha de rap] fizeram online, algumas eram cada MC na sua casa, outras reuniam poucos MCs em um local específico, só os MCs, sem plateia e eles fazem uma live. Então, para o público votar, live no Instagram, live no YouTube e o pessoal ia votando no chat. Então assim como todas as outras vertentes da sociedade, o lazer não foi diferente, eles se adaptaram da forma que conseguiram. Eu não fiz parte disso, não ajudei a organizar nada nesse sentido, mas eu sei que houve sim (Heitor, 19 anos, Estagiário/Estudante, Condomínio João Paulo II, Presidente Prudente).

A única entrevistada que não relatou alterações em seu cotidiano foi a da Emanuela, de 60 anos, moradora do conjunto habitacional João Domingos Netto. No entanto, cabe destacar que o cotidiano dela estava bastante restrito ao bairro em que mora e, além disso, ela não desempenha atividades de trabalho ou estudo. Nestas circunstâncias, a entrevistada não teve grandes alterações em sua rotina.

> **E a senhora acredita que a pandemia alterou a forma de fazer as compras de alguma maneira?**
>
> Não, não alterou nada. Porque como eu disse a você, quando fechou tudo o comércio ficou aberto farmácia, supermercado e açougue. Era limitado o número de pessoas para entrar no mercado, mas você entrava, era só entrar na fila. Esperando sua vez, verificar a temperatura, passar álcool e entrar (Emanuela, 60 anos, Aposentada, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A ressignificação da escala doméstica (Endlich, 2020) é um dos fatores que se destacam nas falas dos entrevistados. Muitas atividades que antes eram desenvolvidas preferencialmente em outros espaços, foram transferidas para o ambiente doméstico. Essa condição se agrava no momento do necessário isolamento social, indicando aos pesquisadores a necessidade de um olhar mais atento as mudanças na escala doméstica, porque possivelmente muitas dessas alterações continuaram a acontecer mesmo após a pandemia. A casa, mais do que nunca para esses entrevistados passou a ser o espaço do trabalho, do estudo, do lazer e do consumo.

Para a maioria dos entrevistado a casa se torna uma síntese dos espaços-tempos cotidianos (Carlos, 2020a). No entanto, aqueles que desempenham atividades de trabalho que necessitam da presença física, não puderam manter o isolamento social

durante muito tempo. As práticas de consumo também foram alteradas pela pandemia, como relatou o entrevistado Ricardo, morador do conjunto habitacional João Domingos Netto. Antes da pandemia ele relata que era comum frequentar diferentes espaços da cidade para lazer e consumo. Todavia, após o isolamento, passou a ser mais recorrente a adoção do *e-commerce*, a partir de plataformas de compras.

A cidade como concentração de pessoas, comércios, serviços, tenderia ao encontro e as trocas (não apenas de mercadorias), isto é, dos contatos interpessoais e do diálogo político e cultural. No contexto contemporâneo, no entanto, radicalizam-se as separações, a partir das quais o diálogo entre diferentes é interditado. A redefinição da escala doméstica via incorporação de diferentes dimensões à escala da casa, tais como lazer, consumo, trabalho e estudo podem indicar uma temática a ser explorada quando pensamos nas práticas espaciais e no cotidiano urbano. Esse tema ganhou destaque em função da recente pandemia, mas ainda carece de mais estudos para que possamos compreender o real impacto dessas novas práticas, principalmente aquelas relacionadas ao chamado *e-commerce*, ao *home office*, ao ensino à distância e ao lazer virtual (serviços de *streaming*, redes sociais e etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a maior complexidade nos processos de estruturação urbana impõe o desafio de levar em consideração novas formas de segmentação socioespacial, indo além dos processos de segregação e autossegregação. A experiência urbana vista em suas múltiplas dimensões inclui as dimensões do habitar, trabalhar, consumir, lazer e etc., colocando-nos diante de diferenciações que incluem a apropriação dos espaços e tempos na cidade. A capacidade de produção da espaço-temporalidade dos citadinos é central nas discussão que envolvem a fragmentação socioespacial, porque sobrepõem diferentes dimensões do cotidiano, os espaços e tempos do consumo, do lazer e o trabalhar.

Pensar a escala doméstica contemporânea é um dos desafios da pesquisa urbana orientada ao estudo do recente processo de fragmentação. Do ponto de vista metodológico podemos afirmar que acessar a intimidade do lar coloca uma problemática adicional ao pesquisador, exigindo um determinado nível de confiança e cuidado no tocante a maneira como lidamos com os colaboradores da pesquisa. O uso de entrevistas

pode ser um caminho viável para alcançar os objetivos da pesquisa, mesmo que existam limitações no que se refere a dados quantitativos, como no exemplo de dados referentes ao acesso à internet e/ou de uso do *e-commerce* por faixa de renda. Essas informações que ficaram de fora deste texto poderiam complementar as nossas discussões e trazer outras problemáticas não pensadas o momento.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.) **Minha Casa... e a cidade? Avaliações do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BARBIERO, L. Mobilidade urbana em tempos de COVID-19: a bicicleta como opção: In: TOWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas. 1 Ed. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

BARCELLA, B. L. S. **A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias**: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. 2018. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. I Ed. Porto Alegre: Total Books, 2021.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. I Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. A "revolução" no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **COVID-19 e a crise urbana**. 1 Ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2020a.

_____. O eclipse da cidade e os sem direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-eclipse-da-cidade-e-os-sem-direitos/>. 25 de abril de 2020b. Acesso em: outubro de 2021.

ENDLICH, A. M. Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia. In: TOWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas. 1 Ed. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (Org.) **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2022.

GUZMÁN, R. A.; HERNÁNDEZ, S. K. M. La fragmentación urbana y la segregación –

una aproximación conceptual. **Rev. Legado**, jul./dez., 2013.

MAIA, D. S.; MIRANDA, L. I. B.; MORAES, D. A.; SPINELLI, J.; ARAÚJO, C. M. A expansão periférica de Campina Grande (PB): entre a habitação de interesse social e os condomínios fechados. In: CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. 1 Ed. Porto Alegre: Total Books, 2021.

LINDÓN, A. Geografía de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. **Tratado de geografía humana**. Barcelona: Anthropos e UAM Iztapalapa, 2006a.

_____. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Rev. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. IX, n. 194, 2005.

_____. La casa búnker y la deconstrucción de la ciudad. **Rev. LimiaR. Estudios sociales y humanísticos**, v. IV, n. 2, 2006b.

MARICATO, E. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**. São Paulo, 2009.

PEREIRA, S. R. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105070>.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Rev. Perfiles latinoamericanos**, n. 19, 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F.; PINEDA, R. C. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Rev. Eure**, v. XXXIV, n. 103, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SILVA, V. H. Q. C. Atividades comerciais e de serviços e centralidade intraurbana em Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. ***Elisée*, Rev. Geo. UEG – Goiás**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022.

_____. Centralidade intraurbana em Ribeirão Preto – SP. **Rev. Geografia em Atos** (Online), v. 7, n. 1, p. 1-19, fev. 2023.

_____. **Fragmentação socioespacial e experiências urbanas em Presidente Prudente**. Eliseu Savério Sposito. 2024. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

SOBARZO MIÑO, O. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente**: análise dos condomínios horizontais. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 1999.

SOUZA, M. L. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: uma “visão (apenas) de sobrevoo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Rev. Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

SPOSITO, E. S. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 1990. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, jun., 2020.

SPOSITO, M. E B.; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira**: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade. Uma *edge city* em São José do Rio Preto. **Rev. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. VII, n. 146, 2003.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Rev. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** v. XI, n. 245, 2007.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R. L.; Pintaudi, S. M. (org.) **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial – São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. (Org.) **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2022.

Recebido em fevereiro de 2024.

Revisão realizada em julho de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.